

A obra *História do Brasil* de Borges Hermida: da coleção ao livro (1948-1961)¹

DIOGO DOS SANTOS BRAUNA*

No Brasil a produção de pesquisas utilizando o livro didático (LD) tem sido intensa e realizada há algum tempo. Choppin, ao fazer um mapeamento das produções, analisou as principais problemáticas e temas abordados pelas pesquisas históricas sobre livros e edições didáticas no mundo. Destacando as perspectivas de evolução e as tendências mais marcantes, o autor sugere que os estudos sobre livros e edições didáticas são dinâmicos, profícuos e de caráter nacional. Estes fatos trazem uma série de dificuldades para que sejam realizadas novas pesquisas, como a fronteira da língua, o caráter recente das pesquisas e a inflação também recente de publicações, dificultando trabalhos específicos em termos de localização e temática. Mesmo assim, para Choppin, estes trabalhos estão longe de esgotar o assunto e “depois de ter sido negligenciada por longo tempo, as pesquisas históricas referentes aos livros didáticos e, posteriormente, às edições escolares, tiveram desde os anos 1960 e, sobretudo, nos últimos vinte anos, um considerável impulso” (CHOPPIN, 2004: 551).

Apesar da multiplicidade e da diversidade de pesquisas sobre o LD, Choppin arrisca a distinguir duas categorias de análise:

aquelas que, concebendo o livro didático como documento histórico igual a qualquer outro, analisam os conteúdos em uma busca de informações estranhas a ele mesmo (a representação de Frederico II da Prússia, ou a representação da ideologia colonial, por exemplo);

aquelas que, negligenciando os conteúdos dos quais o livro didático é portador, o consideram como um objeto físico, ou seja, como um produto fabricado, comercializado, distribuído, ou ainda, como um utensílio concebido em função de certos usos, consumido - e avaliado - em um determinado contexto. (CHOPPIN, 2004: 554)

As análises sobre os LD no Brasil até os anos 1990 se concentraram em denunciar a característica ideológica e o acúmulo de capital das editoras e, geralmente, tiveram como

¹ Este trabalho apresenta os resultados parciais da dissertação de mestrado em andamento, intitulada *O livro História do Brasil de Borges Hermida: uma trajetória de edições e ensino de História (1942-1971)*, pela PUC-SP.

* Mestrando em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), bolsista da CAPES e professor da Universidade de Santo Amaro (Unisa).

objeto de estudo o conteúdo dos livros. Esta percepção não levou em consideração todo o processo pelo qual o livro está submetido, direcionando sua análise, grosso modo, na representação do negro ou do bandeirante, entre outras abordagens.

A partir dos anos de 1990, as pesquisas passaram a considerar novos sujeitos que participam da produção e circulação, conseqüentemente, ampliaram a noção de livro. Mudou-se também o olhar em relação à escola, sendo considerados aspectos do cotidiano e os usos e apropriações dos LD por professores e alunos, destacando a importância de se fazer a História da leitura.

Frente a estes novos sujeitos, destacam-se como referências importantes os aportes teóricos da História Cultural, especialmente os que trabalharam com a História do livro e da leitura. Autores como Carlo Ginzburg, Robert Darnton e Roger Chartier, tornaram-se referências importantes para as produções destas últimas décadas que, ao analisarem o LD - peculiar pelo seu público -, passaram a considerar a importância da materialidade do livro e dos usos e apropriações que alunos e professores fazem da leitura. Além disto, os trabalhos desempenhados por outros sujeitos na construção do livro ganharam destaque importante como objeto de estudo ou variante considerada nas pesquisas.

Diante desta perspectiva, analisar um livro implica em considerar todos os elementos que colaboram para sua existência material. Isto requer considerar as escolhas feitas por editores e outros profissionais na composição dos aspectos que caracterizam o livro e, conseqüentemente, moldam sua identidade. Estas atividades são realizadas por diversos sujeitos, profissionais mais ou menos especializados, cujas atividades seguem um padrão mais ou menos constante (MUNAKATA, 1997: 88).

Igualmente, o emprego de aportes teóricos de autores da área de currículo (Ivor Goodson e Michael Apple, por exemplo) e da noção de cultura escolar (Andre Chervel e Dominique Julia, entre outros), contribuíram para que os estudos sobre a escola fossem vistos de modo mais amplo e compostos por uma rede extensa de sujeitos envolvidos (BITTENCOURT, 1993: 15).

No Brasil as teses de doutorado de (MUNAKATA, 1997) e de (BITTENCOURT, 1993) são exemplos destas novas preocupações. Ao analisarem o LD de uma maneira ampla, contribuíram fundamentalmente para a ampliação das pesquisas na área e tornaram-se

referências praticamente obrigatórias para os estudos mais recentes. Um bom exemplo destas novas influências é o trabalho de (MÁSCULO, 2008), que pesquisou a trajetória da coleção Sérgio Buarque de Hollanda desde sua produção e ascensão até o declínio, levando em consideração não apenas as relações entre editor e autores, mas também os concorrentes do período. Uma de suas constatações foi a inovação trazida pela coleção que, ao propor um trabalho com imagens de uma forma não apenas ilustrativa, dinamizou a leitura sem prejuízo do texto e propôs um modelo diferenciado de ensino de História.

Ao analisar a trajetória de algumas pesquisas, verifica-se que o livro didático é uma fonte privilegiada de investigação sobre o ensino de História. Ele tem cumprido historicamente um papel fundamental na relação entre professor e aluno e nele é possível encontrarmos de maneira materializada, os conteúdos que constituíram a disciplina de História no período.

Como autor de livros didáticos (LD), a trajetória de Antônio José Borges Hermida parece ter sido realmente longa. Segundo Ribeiro, “desde 1945 até o seu falecimento, (...) dedicou a sua vida à produção de livros didáticos de História para o primeiro e segundo graus” (RIBEIRO, 2008: 56).

A licenciatura em História e Geografia pela Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), acompanhada de uma passagem pelo renomado Colégio Pedro II conferia-lhe certa credibilidade como autor, especialmente em um contexto de combate ao autodidatismo e ao conseqüente despreparo por parte dos professores sem formação adequada, razões apontadas para as mazelas da educação no discurso de grandes periódicos da década de 1950 (BERNARDES, 2010).

A historiografia que estudou sua produção apresenta uma opinião quase unânime sobre sua concepção de História. Na maior parte dos casos, é visto como um autor nacionalista, portador de uma concepção de História linear e positivista² impregnada pela dualidade de termos como selvagens/civilizados e atrasados/avançados, que acabou obscurecendo os conflitos e apresentando uma ideia de nação pautada na homogeneidade das raças.

² Entenda-se aqui positivista o modelo de História intitulado de “paradigma tradicional”, termo utilizado por BURKE, Peter (org). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

Ribeiro apresenta quais seriam os pilares norteadores da produção de autores como Borges Hermida, Joaquim Manoel de Macedo e Sérgio Buarque de Hollanda. Estes pilares também são, de acordo com o autor, verificáveis na escrita de LD até a década de 1980. Para ele, estes autores, em diferentes contextos, “forjaram” um sujeito racializado em seus discursos, fundamentado em quatro eixos: “origens e classificação, relações sociais e familiares, usos e costumes, primeiros contatos e suas influências na obra colonial (nacional)” (RIBEIRO, 2010: 78).

Quanto às fontes utilizadas por estes autores, dentre os quais Hermida faz parte, na construção de suas produções, Ribeiro segue esclarecendo que:

(...) para elaborar sua representação do elemento indígena geralmente eram relatos de viagens (Carta de Pero Vaz de Caminha), cronistas do período colonial (Pero Magalhães Gandavo, Simão de Magalhães, Gabriel Soares de Souza, Jean de Léry), textos de religiosos, em especial, de jesuítas (Manuel da Nóbrega, José de Anchieta, Fernão Cardim, Antonio Vieira) para descrever aspectos gerais da cultura e comportamento indígena.

Nos livros didáticos analisados, as classificações tribais foram feitas com base nos modelos de von Martius, Karl von den Steinen e dos próprios jesuítas e primeiros colonizadores: índios do litoral (tupi) e os do interior (tapuia). As influências dos estudos etnográficos e referências literárias de Gonçalves de Magalhães e José de Alencar também se fizeram presentes no exercício de confecção do tipo racial nativo criado pelos autores dos livros didáticos. Os historiadores Francisco Adolfo Varnhagen e João Capistrano de Abreu eram constantemente mencionados, tendo suas obras influenciado na estrutura, organização e abordagens no discurso didático. (RIBEIRO, 2010: 78-79)

Do modo exposto, Ribeiro sugere que os autores em questão, ao produzirem uma versão da história fundamentada numa leitura clássica da formação do Brasil, acabaram por estabelecer uma tradição, que é verificável em produções de autores até dos anos 1980. No caso específico de Hermida, sua visão sobre as crenças religiosas das populações indígenas, por exemplo, “lembrava muito a definição apresentada por Capistrano de Abreu, em *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*” (RIBEIRO, 2010: 82).

De acordo com esta perspectiva pode-se concluir que, na visão de Ribeiro, Hermida era portador de certa herança ou tradição historiográfica, cuja gênese está em autores como Capistrano de Abreu e Varnhagen. Porém, para o próprio Ribeiro, esta não era uma herança pertencente apenas a Borges Hermida, mas também verificável nas produções de outros autores de renome.

Outra característica das produções é a de estabelecerem uma aproximação entre Borges Hermida e outros autores, especialmente Joaquim Silva. Ribeiro, por exemplo, sugere que o livro didático *História do Brasil* de Borges Hermida “seguiu a mesma linha nacionalista de interpretação histórica de Joaquim Silva.” (RIBEIRO, 2008: 57)

No entanto, esta não é uma visão totalmente unânime. Algumas pesquisas, apoiadas na noção de cultura escolar e com uma percepção de complexidade do livro didático, apresentaram explicações diferenciadas para o caráter da produção de Borges Hermida. Ribeiro Jr. dedicou um capítulo específico sobre os dois autores. Comparando a produção de Hermida e Joaquim Silva, levando em consideração as pressões exercidas pela Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), conclui que:

Joaquim Silva também dividiu seu livro em 10 unidades tendo o mesmo nome que os pontos da Portaria Ministerial 1.045 de 14/12/1951; diferentemente de Borges Hermida, as 10 unidades foram subdivididas em 45 tópicos, um a mais do que rezava a lei. A exposição do tema por Joaquim Silva também descreve os eventos históricos, mas em alguns momentos analisa o cenário social, mapeando os aspectos econômicos, culturais, apresenta as controvérsias do estudo histórico, relatando os diversos argumentos, mas toma partido de uma explicação (...) (RIBEIRO JR, 2007: 71)

Másculo, ao comparar a coleção Sérgio Buarque de Hollanda com a de alguns concorrentes da época, apresenta também semelhanças entre Hermida e Joaquim Silva. No entanto, ao levar em consideração o processo de produção do livro, destaca semelhanças no aspecto gráfico. De acordo com o autor:

Na mesma época [da coleção Sérgio Buarque de Hollanda], a Companhia Editora Nacional também editava os livros de Borges Hermida, que seguiam uma diagramação muito parecida com a dos livros de Joaquim Silva: ilustrações criadas pela própria editora, reprodução de algumas pinturas e texto explicativo, acompanhado de um questionário. As semelhanças eram tantas, que, ao deixarem de publicar o Joaquim Silva, muitas das ilustrações que compunham seus livros passaram a ser utilizadas nos Compêndios de História do Brasil e Geral, de Borges Hermida, como se pode constatar pela capa do volume publicado na década de 1980.

Essas duas obras marcaram o ensino de História nos anos 1950 a 1970, e o livro de Borges Hermida, para a satisfação dos professores que apreciavam este estilo. (MÁSCULO, 2008: 60)

Diante do excerto acima, Másculo sugere que os livros de Borges Hermida deram certa continuidade ao modelo proposto por Joaquim Silva, atendendo um público específico

da editora. A CEN, ao produzir uma coleção inovadora como a Sérgio Buarque de Hollanda, também editava LD com outros formatos em concorrência, criando assim, uma rede de materiais para vários gostos. Evidentemente, ao utilizar as ilustrações de Joaquim Silva nos livros de Borges Hermida, a editora criava certa proximidade entre os autores que, visivelmente, não deve ser atribuída exclusivamente às concepções de História dos mesmos, mas também as estratégias editoriais.

A obra *História do Brasil* de Borges Hermida

De acordo com (TOLEDO, 2001), estudar os elementos que formam materialmente uma obra é esforçar-se em compreender as escolhas feitas pelos editores para transformar os textos em livros. Assim, desenha-se um público e ordena-se uma circulação específica, tornando imprescindível ao historiador estudar o livro em sua composição material com a finalidade de apresentar uma história possível.

Neste sentido, Másculo detecta que a CEN preocupou-se com os aspectos do projeto gráfico dos livros da coleção. Para o autor:

Os demais livros [concorrentes publicados pela mesma editora], por se tratarem de desenhos elaborados pelos ilustradores a partir de pinturas clássicas ou a partir do conhecimento que eles tinham sobre o tema dos livros, representam figuras tais como a caravela e o globo terrestre no livro de Esaiú & Gonzaga; o navegador português em Julierme; os bandeirantes, o negro, o índio e a caravela em Borges Hermida; o engenho de açúcar em Lage & Moraes e, em Mattos e outros, uma sequência de personagem que indica a concepção do ensino de História baseado na linha do tempo: o navegador, o índio, o negro, os bandeirantes e Tiradentes. (MÁSCULO, 2008: 80)

De fato esta era uma constante nos livros dos autores citados. No entanto, uma análise cuidadosa e detalhada do projeto gráfico das edições do livro *História do Brasil* de Borges Hermida revela como a editora, ao elaborar o projeto, atendeu a uma série de exigências e expectativas. Estas preocupações e intervenções editoriais modificaram e/ou criaram protocolos de leitura, alterando ou propondo alterar a relação de leitura e, conseqüentemente, uma consolidação com o público e o mercado? (CHARTIER, 1988) As possíveis intervenções moldaram a identidade da obra, perpetuando um padrão editorial e de ensino de História?

Em busca de respostas a estas questões, torna-se indispensável debruçar-se sobre a capa e os demais elementos materiais que foram ofertados ao leitor.

A obra História do Brasil ao longo de sua larga circulação foi curiosamente editada nos anos de 1950 como parte integrante de uma coleção e após os anos de 1960 como um livro, fazendo um processo geralmente inverso ao de costume, que seria da coleção ao livro e não do livro à coleção, procedimento muito mais comum. Justamente sob o selo da Editora do Brasil apareceu no primeiro catálogo no ano de 1949 (BRAGHINI, 2010). Nela, a obra era apresentada como integrante da *Coleção Didática do Brasil*. Neste caso, o trabalho de análise com coleções requer cuidados que transcendem a proposta do próprio livro.

Toledo destaca a importância das coleções como objeto de estudo, afirmando que são parte fundamental de estratégias para a ampliação do público. As novas práticas editoriais visam sempre à ampliação do mercado e a conquista de um público que ainda não faz parte dos consumidores de livros. Desta maneira, a coleção pode ser entendida como um modo de tornar um livro que já está no mercado em um produto atraente ou apresentar novos títulos para atrair e conquistar novos leitores. Para tanto, é necessário que o livro seja adaptado e possua características específicas para um perfil específico de leitor. Ao fazer isto, os editores inventam o leitor de acordo com as adequações das propostas editoriais, e:

A representação que os editores fazem do leitor conforma, então, as mudanças e adequações inseridas nos livros. Por exemplo, livros para crianças passam a ter letras maiores, textos menores, volumes ilustrados. Tais adequações são produzidas a partir do que se entenderia por “criança”, e o que se entenderia por seu “interesse” pela leitura ou, ainda, o que seria adequado em termos de conteúdo para estimular a leitura das crianças ou estimular seu desenvolvimento moral e intelectual. A representação de “infância” ou de “interesse” da criança, ou ainda, do que é necessário a ela, leva os editores a, por exemplo, contratar especialistas que possam adaptar (...) ou preparar materiais que estimulem as crianças a se tornarem leitores. (TOLEDO, 2001: 2)

Outro fator de relevância é que as coleções, como estratégias elaboradas pelos editores, visam ampliar o número de leitores através da redução dos preços dos livros e dos custos de produção. Através da padronização, característica fundamental de uma coleção, os custos podem ser reduzidos, ativando uma rede de agentes apenas na produção geral.

Outro mecanismo editorial empregado é o da seleção de autores, geralmente portadores de grande prestígio na área ou oriundos de escolas altamente reconhecidas. Esta estratégia tem sido muito empregada no caso dos livros didáticos.

Toledo sugere que o estudo com as coleções possibilita a reconstrução histórica das práticas específicas desenvolvidas pelos editores e também permite detectar os leitores visados, imaginados e construídos pela prática editorial. “Daí a importância do estudo do texto em sua materialidade. (...) é possível recompor os projetos específicos como estratégias que visam a públicos leitores e característicos ou, ainda, a estratégia que constitui públicos leitores pelas especificidades constitutivas da publicação.” (TOLEDO, 2001: 4)

Entende-se, portanto, que estudar as capas e os demais elementos gráficos que formam a identidade visual de um livro é buscar pistas através das marcas materiais construídas a partir do processo de sua existência. Em especial as capas, revelam as informações priorizadas na apresentação à venda. Toledo, ao estudar a coleção *Atualidades Pedagógicas*, argumenta que:

Se os nomes do autor, título do livro e as referências sobre as coleções são sempre fundamentais e permanentes no rótulo do livro, há informações que variam de volume para volume, apresentando os diferentes autores e conteúdos de modos diferentes, dependendo do que os editores entendem como necessário para este público leitor que começa a se formar em torno do campo da Educação. A coleção ainda não tem, por ela própria, a autoridade e a identidade suficientes para credenciar autores e conteúdos nela publicados, recorrendo às estratégias informações dispostas nas capas. (TOLEDO, 2001: 104)

Analisando as capas da obra *História do Brasil* de Borges Hermida como integrante de uma coleção é possível detectar transformações visíveis e outras mais sutis ocorridas no espaço de algumas edições. Estas, por sua vez, fornecem indícios consistentes das transformações no projeto gráfico e identidade visual, proporcionando a possibilidade de uma análise significativa.

As edições do começo dos anos 1950 apresentam os livros com um trabalho de cores acentuado nas capas. Tanto para os livros da primeira série quanto para os da quarta série do curso ginásial, a Editora do Brasil produzia as capas com duas cores: azul e bege³. Estas cores eram distribuídas na capa e na quarta capa do livro, através de duas faixas verticais, com a cor azul à esquerda e a bege à direita. As informações trazidas eram escritas com as mesmas cores opostas, ou seja, na faixa vertical com a cor azul predominante, as informações eram escritas

³ Vale ressaltar que as cores utilizadas na indústria gráfica possuem termos técnicos específicos que diferem dos termos empregados aqui. As cores citadas estão sujeitas a variações devido ao estado de conservação das edições consultadas. Para maiores esclarecimentos e detalhes técnicos da parte gráfica ver RIBEIRO, Milton. *Planejamento visual gráfico*. Brasília: LGE, 2003.

em bege e na vertical bege predominavam as informações escritas em cor azul. Este método gerava uma visualização de opostos de cores. Estas mudanças provocaram alterações acentuadas na identidade dos livros, tornando-os muito mais chamativos e apresentaram uma de suas principais marcas: a padronização característica de uma coleção. Através desta característica o leitor que já conhecesse a coleção, ou apenas um dos livros que a integrava, poderia identificar facilmente os outros exemplares.

Ao que tudo indica esta estratégia tinha por objetivo credenciar a coleção, principalmente para um público que ainda não sabe bem “discernir o que lhes deve ser mais adequado (...) Assim, a editora sabe selecionar para o leitor que nela pode confiar”. (TOLEDO, 2001: 59)

A partir do final dos anos 1950 e início dos anos 1960, antes da obra se estabelecer na Companhia Editora Nacional (CEN), as edições para a primeira série do curso ginásial foram produzidas por um curto período pela Codil – Companhia Distribuidora de Livros, uma gráfica vinculada a CEN, mas que também prestava serviços para outras editoras. Neste período, as capas foram editadas com gravuras e outro jogo de cores, se diferenciando das edições da Editora do Brasil. Além disto, a segunda capa e a folha de guarda, quando dispostas juntas, apresentavam uma gravura que fazia menção aos conteúdos abordados na obra.

Ao passar para a Codil e posteriormente para a CEN, a obra perde a denominação de uma coleção e passa a integrar uma série de livros do autor para o ensino ginásial. Neste período, também registram-se mudanças significativas no projeto gráfico.

Neste novo projeto editado pela CEN, a capa é impressa em três cores distintas – verde, bege e vermelha - ainda em faixas verticais. Destacam-se as gravuras de um bandeirante e de um forte, além do jogo de cores que, sem dúvida, tornaram o livro muito mais chamativo visualmente do que no período da Editora do Brasil. A lombada e o verso da capa foram apresentados utilizando o jogo de cores verde com detalhes em amarelo. Ainda no verso da capa, em duas caixas de texto, foram ressaltadas informações já apresentadas na capa, como o nome e o autor da coleção e, de maneira enfática, o livro como propriedade da CEN.

Ao longo das décadas de 1950 e 1960 as capas sofreram alterações profundas. Não apenas por passarem por editoras diferentes, mas pelos recursos empreendidos na produção. Sob o selo da CEN percebe-se que a ênfase recaiu sobre o colorido, tornando a obra muito mais chamativa e de fácil identificação aos leitores. Pela Editora do Brasil, apesar de não haver o emprego de uma variedade cores, a obra ganhou certa padronização e tornou-se identificável, como esperava-se que uma coleção deveria se apresentar.

Os elementos pré-textuais, como as folhas de rosto e a dedicatória sofreram alterações sutis, mas também significativas. Nas edições publicadas pela Editora do Brasil, por fazer parte de uma coleção, no cabeçalho da folha de rosto era apresentado o nome da coleção, a série a qual o livro era destinado e o número do volume. Centralizado, constava em letras maiúsculas o nome do autor e um breve relato de sua formação, geralmente os dizeres “licenciado pela Faculdade Nacional de Filosofia”. Como já mencionado anteriormente, esta era uma forma de credenciar o autor. Estas informações também poderiam conter indicações de colégios renomados pelos quais o autor passou, no caso de Borges Hermida, o Colégio Pedro II era uma das referências indispensáveis.

Apesar das mudanças no projeto gráfico, ao longo de duas décadas, seria possível afirmar seguramente que o conteúdo interior do livro mudou tanto quanto suas capas?

Analisando as edições percebe-se certa ênfase sobre o texto-base, conforme argumentou (BEZERRA, 2011: 1610), como principal condutor do aprendizado do aluno e ferramenta do professor.

Em sua trajetória e passagem pelas editoras, o texto-base, ou seja, aquele que é o condutor da História e apresenta as principais informações que nortearão o processo de ensino-aprendizagem, cujo autor é o principal responsável, pouco foi alterado. Foram feitas manutenções periódicas conforme o avançar dos anos. Na maioria das edições, as alterações consistiram no acréscimo de parágrafos ao trecho final do texto. Um bom exemplo é a 21ª edição de 1958, para a quarta série ginasial, publicada pela Editora do Brasil. O trecho final do 29º ponto abordado, seguindo os padrões estipulados pela portaria nº 1045/51, que discorria sobre a passagem do governo Vargas para o governo de Café Filho e Kubitschek, afirmava que:

A crise, porém, agravou-se sempre, culminando em 1954, com o suicídio do presidente Vargas. Subiu então ao poder o Vice-presidente Café Filho. Seguiram-se as eleições presidenciais que deram vitória para Juscelino Kubitschek. Mas a situação política continuava crítica e, em novembro de 1955, foi deposto Carlos Luz que ocupava a presidência por se achar enfermo Café Filho. O Senador Nereu Ramos, que o substituiu, já em janeiro de 1956, entregou o poder ao presidente eleito, Juscelino Kubitschek. (HERMIDA, 1958: 211)

De maneira bastante sucinta e narrativa, o autor descreveu a passagem do governo de Getúlio Vargas até as eleições que empossaram Juscelino Kubitschek. Dois anos depois, já pela CEN, na 14ª edição de 1960 para a mesma série, seria acrescentado ao trecho final, citado anteriormente que “A indústria automobilística, a construção de novas estradas e a transferência da capital do Brasil para Brasília são as principais medidas do governo Juscelino Kubitschek.”

No ano de 1961, em sua 20ª edição para a mesma série (quarta série ginásial), seriam acrescentadas as principais contribuições do governo de outro presidente, com ênfase em seus aspectos econômicos. Segundo Hermida, o sucessor de Juscelino Kubitschek, “Jânio Quadros, subiu ao poder em 1961. São pontos principais de sua política o estabelecimento de relações comerciais com todos os países e medidas rigorosas para conter o surto inflacionário” (HERMIDA, 1961: 254).

Deste modo, os livros foram continuamente construídos e perpetuando aquilo já havia sido escrito anteriormente, sem maiores intervenções. Os textos que trataram de um passado distante, ao que tudo indica, foram conservados e sobreviveram às edições e à passagem pelas editoras.

Apesar de tal permanência, por volta do final dos anos de 1950 e início dos anos 1960 na passagem pelas editoras, a apresentação destes textos sofreu visíveis interferências. Os textos eram escritos com fonte serifada⁴. Os estilos itálico e negrito foram utilizados, geralmente para destacar algumas palavras do texto, na intenção de enfatizar aspectos que o aluno deveria dedicar atenção especial e que seriam cobrados nos exercícios.

As edições publicadas pela Editora do Brasil apresentavam maior espaçamento entre linhas, o que tornava a leitura dos parágrafos menos cansativa. Sobre as escolhas das fontes, normalmente “os tipos serifados são usados para textos mais longos por causarem menos

⁴ De acordo com MUNAKATA (1997:84), serifa são pequenos traços horizontais que se colocam nas extremidades das letras.

fadiga aos olhos do que os sem serifa. Por isso, é comum o corpo do texto ser composto em letras serifadas e os títulos e as legendas, mais curtas, em letras sem serifa – embora tal solução, por demais convencional, repugne aos artistas gráfico” (MUNAKATA, 1997: 85).

A CEN optou por fazer intervenções em outras áreas da apresentação do texto. Uma destas alterações foi na forma de apresentação das unidades. Organizadas por pontos, conforme detalhava a portaria federal nº 1045/51, a partir das edições de 1958 para a quarta série ginásial, as unidades apresentavam uma capa organizando os tópicos que seriam abordados ao longo do capítulo.

Nas edições publicadas pela Editora do Brasil a escolha da apresentação dos dados foi feita utilizando o jogo de letras maiúsculas (caixa alta) e minúsculas (caixa baixa) e destacando os pontos em negrito, que possuíam uma página dedicada a sua apresentação.

Na 2ª edição de 1959 para a mesma série, já publicada pela CEN, percebe-se uma leve alteração na forma como as frases são apresentadas, sendo apresentadas em itálico. O título do capítulo que antes era apresentado em letras maiúsculas, passou a ser apresentado, sob o selo da CEN, com fonte maior, minúscula e com uma pequena linha horizontal logo abaixo.

Tanto as publicações da Editora do Brasil quanto às da CEN possuíam papel e diagramação semelhante. Nota-se também pouca diferença nas medidas das margens. No entanto, percebe-se que as edições da CEN possuem um número de páginas muito maior que as da editora do Brasil. Isto se deve a quantidade de imagens introduzidas ao longo das edições. Apesar da introdução de elementos imagéticos, as dimensões do livro não mudaram (com exceção das edições para a primeira série ginásial publicadas pela Editora Codil no início dos anos 1960 e as publicadas pela CEN depois de 1961), geralmente com dimensões de 13,2 X 19,2 cm.

Na passagem do livro da Editora do Brasil para a Companhia Editora Nacional (CEN), além das modificações já apresentadas, foram acrescentadas diversas imagens. Esta, por sua vez, talvez tenha sido a mudança mais intensa desta fase de transição. A 21ª edição de 1958, para a quarta série ginásial, publicada pela Editora do Brasil, edição mais antiga encontrada antes da transição para a CEN, possuía um total de dezoito imagens. Todas dedicadas exclusivamente aos homens ilustres do Brasil, tais como o Barão de Mauá e o Marechal

Deodoro da Fonseca, entre outros. Homens que supostamente possuíram um papel de destaque na história brasileira.

Estas imagens foram alinhadas no livro sempre à esquerda ou à direita e não ocupavam uma página inteira. Foram dispostas na página de modo que sempre se misturavam ao texto, fazendo com que a leitura fosse interrompida e, depois da imagem observada, retomada.

A 2ª edição de 1959, para a mesma série ginásial publicada pela CEN, mais do que duplicou a utilização de imagens. De um total de dezoito, o livro passaria a cinquenta e cinco imagens distribuídas ao longo da obra. Com este acréscimo, foram introduzidas não apenas imagens dedicadas aos ilustres homens da história brasileira, mas também de monumentos e palácios e reprodução de quadros e gravuras de artistas conhecidos, como Jean-Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas. Além disto, os livros passaram a reproduzir documentos como, por exemplo, uma carta do ex-imperador Dom Pedro II aos amigos, quando da proclamação da República em 1889 (HERMIDA, 1959: 159).

Ao reproduzir as imagens, a CEN optou por uma estratégia diferente da empreendida pela Editora do Brasil. As imagens foram alocadas na parte superior, inferior ou ocuparam a página inteira. Isto proporcionou uma leitura mais corrida do texto sem maiores interrupções. Outra novidade em relação às edições da Editora do Brasil é o uso de imagens coloridas, ainda que em minoria ao total das utilizadas na obra inteira. Isto não quer dizer que a Editora do Brasil não se preocupasse com o colorido. Ao contrário, as cores parecem ter sido alvo de preocupação e representavam um padrão de qualidade que deveria ser garantido pelas editoras. Na 24ª edição de 1954, para a primeira série ginásial, uma nota dos editores da Editora do Brasil era bem enfática a este respeito:

Lamentavelmente, fomos obrigados a suprimir nesta edição, as cores das ilustrações, refugindo, assim, à orientação que vínhamos mantendo na apresentação de nossas obras.

Tal fato se deve à atual e aguda crise de energia que se verifica em todo o País e mormente no Estado de São Paulo, a qual exige medidas restritivas de consumo, objetivando o bem da coletividade.

Por outro lado, não obstante os ingentes esforços despendidos na aquisição de gerador próprio, não nos foi possível tê-lo funcionado em tempo hábil e sanar tais inconvenientes, dadas as sabidas dificuldades existentes na importação de material estrangeiro.

Queremos, todavia, assinalar que tal lapso só se verificará na presente edição, pois as posteriores voltarão a consignar referidas ilustrações a cores.

Esperamos que os patrícios educadores nos excusem, compreendendo as razões invocadas, que não dizem respeito ao peculiar interesse da Empresa, mas sim ao superior público na solução de tão relevante problema da economia nacional. (HERMIDA, 1954: 7)

O excerto nos revela duas informações importantes. A editora preocupava-se com as cores, uma garantia de qualidade e a mensagem destinava-se aos professores, aqueles que possivelmente indicariam o livro aos alunos para a compra.

Mesmo com a inserção de imagens, a preocupação com o colorido e as modificações em relação a sua disposição junto ao texto, não ocorreram mudanças significativas na forma de como estas imagens eram utilizadas em classe. Elas continuaram, geralmente, com uma finalidade secundária ao texto e, quase sempre, com caráter ilustrativo ou de reforço às ideias apresentadas.

Os livros publicados pela Codil também ganharam novo formato. Além do colorido em abundância, a grande novidade foi a introdução de imagens. Eram aproximadamente cem e, em sua grande maioria gravuras. O início de cada capítulo possuía na página à esquerda do campo de visão do leitor, uma gravura de página inteira. A introdução de imagens – quase o dobro de outras edições – proporcionou o aumento significativo das dimensões do livro e da diagramação. Com dimensões de 15,5 X 19,5, o livro apresentava seus textos em duas colunas com as fontes serifadas.

Másculo, ao analisar os textos e imagens da coleção Sérgio Buarque de Holanda durante a década de 1970 e 1980, detecta que o formato maior dos livros alterou também sua relação em sala de aula, uma vez que as editoras passaram a priorizar aulas mais dinâmicas, o que basicamente consistia em reduzir os textos e ampliar a quantidade de imagens. Segundo o autor:

Se em 1980, o gerente editorial priorizava um número maior de imagens e textos mais reduzidos, é de se supor que essa tendência tenha se iniciado na década anterior, quando constatamos um aumento significativo do uso de imagens nos livros didáticos de História. A essa suposição acrescenta-se a sensação, ao se folhear os livros da Coleção Sérgio Buarque de Holanda, de que há um predomínio acentuado do uso da iconografia em relação ao texto, uma vez que o conjunto dos livros da Coleção continha 1.168 imagens (...) (MÁSCULO, 2008: 88)

Ao que parece, longe das inovações trazidas pela Coleção Sérgio Buarque de Holanda, os livros *História do Brasil* de Borges Hermida, timidamente foram ganhando

imagens e, especialmente o passo dado pela Codil na edição para a primeira série ginásial, obrigou a editora a repensar as dimensões do livro e a disposição do texto em duas colunas. Este seria um passo importante para outras mudanças na apresentação material do livro que viriam após a década de 1960 e sua manutenção nos compêndios.

Considerações Finais

Ao transitar pelas editoras, a obra História do Brasil conservou sua característica de uma produção típica do começo dos anos de 1950. As intervenções editoriais produzidas alteraram a formatação do livro e o projeto gráfico, evidentemente buscando um diálogo diferente com o leitor. Especialmente a Companhia Editora Nacional, considerada uma das pioneiras no mercado de livros didáticos, alterou o projeto gráfico consideravelmente tornando o livro um dos mais vendidos nos entre os anos de 1950 e 1970 (HALLEWELL, 1985). No entanto, ao conservar parte da produção da Editora do Brasil dos anos de 1950, caracterizado principalmente pela perpetuação do texto-base do autor, a editora conseqüentemente contribuiu para a conservação de uma produção dos anos 1950, consolidando um padrão editorial e de ensino de História.

A historiografia que abordou a produção de Hermida indiretamente não levou em consideração as intervenções editoriais e o papel limitado do autor, causando uma interpretação peculiar e parcial que acabou responsabilizando-o por toda a composição material da obra. Obviamente o papel da editora não afasta as responsabilidades do autor por uma concepção específica de História. No entanto, as editoras desempenharam um papel importante para a perpetuação desta concepção de ensino. Nas últimas décadas, estudos influenciados pelos aportes da História Cultural do livro e da leitura e por produções que marcaram o estudo sobre LD nos anos 1990 no Brasil - como as pesquisas de Bittencourt e Munakata - produziram resultados diferenciados sobre o papel da intervenção editorial nas obras didáticas e no ensino de História, inclusive nas obras de Borges Hermida, ainda que indiretamente.

Referências Bibliográficas

- BERNARDES, Rodolfo Calil. *O ensino secundário nas escolas brasileiras (1942-1961)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC-SP, 2010.
- BEZERRA, Gabrieli Pereira. *O emprego de rótulos em livros didáticos de História do Brasil*. Anais do VII Congresso Internacional da Abralín, Curitiba, p. 1599-1612, 2011.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1993.
- BRAGHINI, Kátya Mitsuko Zuquim. *A vanguarda brasileira: a juventude no discurso da Revista Editora do Brasil S/A*. Tese de doutorado. São Paulo: PUC-SP, 2010.
- BURKE, Peter (org). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.
- CHOPPIN, Alain. *História do Livro e das edições didáticas: sobre o estado da arte*. Educação e Pesquisa – Revista da Faculdade de Educação da USP. Universidade de São Paulo, vol. 30, n. 3, set/dez, p. 549-566, 2004.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1985.
- MÁSCULO, José Cássio. *A Coleção Sergio Buarque de Hollanda: livros didáticos e ensino de história*. Tese de doutorado. São Paulo: PUC-SP, 2008.
- MUNAKATA, Kazumi. *Produzindo didáticos e paradidáticos*. Tese de doutorado. São Paulo: PUC-SP, 1997.
- RIBEIRO, Milton. *Planejamento visual gráfico*. Brasília: LGE Editora, 2003.
- RIBEIRO, Renilson Rosa. *Exóticos, infantis e submissos na colônia identitária: as representações dos negros nos livros didáticos de história do Brasil*. Revista História & Perspectivas, Uberlândia, Vol. 38, p. 43-77, Jan/Jun, 2008.
- _____. *A questão do “outro” e os livros didáticos*. In: Revista Fato&Versões, Vol. 2, n. 4, jul/dez, p.75-88, 2010.
- RIBEIRO JR, Halferd Carlos. *O sistema de ensino ginásial e livros didáticos: Interpretação da independência de Joaquim Silva entre 1946 e 1961*. Dissertação de mestrado, Unesp, 2007.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. 2001. *A coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)*. Tese de doutorado, PUC-SP, 2001.

Livros Didáticos

HERMIDA, A. J. B. *História do Brasil*. Quarta série ginásial, 2ª ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1948.

_____. *História do Brasil*. Primeira série ginásial, 24ª ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1954.

_____. *História do Brasil*. Quarta série ginásial, 21ª ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1958.

_____. *História do Brasil*. Quarta série ginásial, 2ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1959.

_____. *História do Brasil*. Quarta série ginásial, 11ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1959.

_____. *História do Brasil*. Quarta série ginásial, 14ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1960.

_____. *História do Brasil*. Quarta série ginásial, 20ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1961.

_____. *História do Brasil*. Quarta série ginásial, 24ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1961.

_____. *História do Brasil*. Primeira série ginásial, 43ª ed. São Paulo: Codil, 1961.

_____. *História do Brasil*. Primeira série ginásial, 53ª ed. São Paulo: Codil, 1961.